

DIMENSÃO AFETIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE PREVÊ A LEGISLAÇÃO

Autor (1): Thais Maria dos Santos Silva

Universidade Federal da Paraíba

thaishmaria@hotmail.com

Resumo:

A afetividade nem sempre se inclui nas práticas dos educadores e até mesmo as leis não estabelecem parâmetros para a configuração do cuidado como específico à sua explicitação. O artigo vai tentar compreender a dimensão afetiva e a relação educador-educando na educação infantil, dando enfoque a legislação específica a este nível de educação escolar, para identificar em que medida tal aspecto é contemplado em sua relevância. Daí inferirmos que a dimensão afetiva sofre de insuficiente abordagem e consideração, desde a formulação de parâmetros e de políticas de educação infantil, até o momento em que são postas em prática na sala de aula. Partindo dessa problemática objetiva-se: analisar abordagens acerca da dimensão afetiva na educação infantil; compreender como se dá a relação educador-educando, frente à dimensão afetiva e diante da multiplicidade de infâncias e diversidade cultural que se apresentam na sociedade contemporânea; observar critérios que orientem a relação estabelecida entre educador e educando previstos no Plano Nacional da Educação (PNE) e no Plano Estadual de Educação da Paraíba. Os procedimentos metodológicos utilizados foram uma pesquisa bibliográfica baseada principalmente nos autores: Almeida (2007), Dantas (1992), Libâneo (1994), Vygotsky (1989) e Wallon (1979) e uma pesquisa documental baseada na reflexão do Plano Nacional da Educação (PNE) e no Plano Estadual de Educação da Paraíba. Destacou-se a abordagem teórica das categorias afetividade, infância e papel do educador na educação infantil. Os estudos mostram que professores precisam ter consciência da importância da afetividade nas relações estabelecidas num processo educativo e que uma das formas mais gerais de demonstrar é por meio do respeito, diálogo e interação com a criança. Frente aos resultados da pesquisa, procura-se compreender que a afetividade deve estar presente no ambiente escolar.

Palavras-chave: Dimensão afetiva, Educação infantil, Relação educador-educando, Papel do educador, Legislação da Educação.

INTRODUÇÃO

Reconhecemos o ambiente escolar como um espaço de formação e desenvolvimento do ser humano, no qual convivem vários profissionais encarregados de estimular a aprendizagem de conteúdos e também a inserção social do sujeito aprendiz. Dentre esses profissionais, destaca-se o pedagogo.

O estudo em questão reflete sobre a afetividade e sua importância no processo formativo, particularmente no que diz respeito à dimensão afetiva e a relação educador-educando na educação infantil. Para tanto, opta-se por conferir especial enfoque à legislação específica a este nível de educação escolar, no sentido de identificar em que medida tal aspecto é observado e considerado em sua relevância.

Observamos a diversidade de professores que lecionam em turmas da Educação Infantil e o quanto a questão da afetividade nem sempre se inclui nas suas práticas, com a clareza e a atenção que merece.

No entanto, isto não ocorre na especificidade da prática do educador. Ao contrário, percebemos que mesmo documentos que regulamentam a educação em âmbito nacional e estadual de algum modo negligenciam a dimensão afetiva na educação.

Portanto, se a educação infantil está erigida no binômio educar e cuidar, e se até mesmo as leis não estabelecem parâmetros para a configuração do cuidado como específico à explicitação da dimensão afetiva, podemos inferir que tal aspecto sofre de insuficiente abordagem e consideração, desde a formulação de parâmetros e de políticas de educação infantil até o momento em que são postas em prática na sala de aula.

Partindo dessa problemática toma-se como objetivos, no desenvolvimento deste trabalho: analisar abordagens acerca da dimensão afetiva na educação infantil; compreender como se dá a relação educador-educando, frente à dimensão afetiva e diante da multiplicidade de infâncias e diversidade cultural que se apresentam na sociedade contemporânea; observar critérios que orientem a relação estabelecida entre educador e educando previstos no Plano Nacional da Educação (PNE) e no Plano Estadual da Educação da Paraíba (PEE), formulados a partir do decreto que sancionou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96.

METODOLOGIA

Realizou-se pesquisa bibliográfica e documental, com a finalidade de analisar, à luz da teoria e dos documentos anteriormente mencionados, a dimensão afetiva na educação infantil enfatizando o papel do educador e os problemas e desafios que lhe são impostos na atualidade.

Os procedimentos metodológicos utilizados foram uma pesquisa bibliográfica baseada nas categorias afetividade, infância e papel do educador na educação infantil, destacadamente as contribuições de Almeida (2007), Dantas (1992), Libâneo (1994), Vygotsky (1989) e Wallon (1979) e uma pesquisa documental baseada na reflexão do Plano Nacional da Educação (PNE) e no Plano Estadual de Educação da Paraíba.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

A afetividade: o que é e como se dá

Ao discutirmos a questão da afetividade, reconhecemos que esta pode ser definida sob os aspectos filosófico, psicológico, pedagógico, dentre outros. O presente artigo destaca a afetividade na perspectiva pedagógica. Ou seja, a importância de se trabalhar com as emoções no fazer pedagógico, com especial enfoque à relação educador-educando.

A dimensão afetiva na educação implica relacioná-la a sentimentos como carinho, amor, afeição, a estados psicológicos que permitem formar o vínculo entre seres humanos.

O crescente processo de individualização tem como uma de suas consequências o afastamento do homem em relação à sua natureza social, que interfere nas relações interpessoais, especialmente no contexto de ensino-aprendizagem, na qual desponta como indispensável à abordagem da relação afetiva que deve existir entre educador e educando.

A consideração de que a escola seja um espaço de vivências remete à necessidade de que ela deva possuir, no seu alicerce, o objetivo de proporcionar aos educandos momentos significativos de aprendizagem. Por esta razão a grande importância do bom relacionamento afetivo entre docentes e discentes dentro da escola.

Segundo Vygotsky (1996), a relação professor/aluno não deve ser de imposição, mas, sim de colaboração, de respeito e estímulo ao crescimento, pela consideração do aluno como um ser ativo e interativo no seu processo de aprendizagem.

O professor deve assumir um papel fundamental nesse processo, como um sujeito qualificado tecnicamente e dotado de sensibilidade para compreender e considerar os conhecimentos e experiências prévias que o aluno traz para o ambiente escolar. Ou seja, o educador precisa reconhecer que a bagagem cultural dos alunos deve ser considerada no seu processo de aquisição do conhecimento.

Partindo desse entendimento, destaca-se que a educação é necessária para a construção da autonomia moral e intelectual dos educandos. Segundo Sayegh (2006), é importante que esses processos sejam internalizados pela criança.

Wallon (1979) enfatiza em seus estudos que a afetividade é a capacidade do indivíduo de se expressar e conduzir sua vida, positiva ou negativamente. A afetividade constitui papel primordial na formação da inteligência e nas aquisições e desenvolvimento das aprendizagens, determinando os interesses e as necessidades individuais das pessoas.

O ambiente educacional e o ciclo de interações possuem um destaque especial, pois, favorecem o desenvolvimento psicossocial e educacional dos educandos, para que os mesmos possam se identificar a partir do meio e das pessoas que o envolvem.

Para Dantas (1992), “a educação da emoção deve ser incluída entre os propósitos da ação pedagógica, o que supõe o conhecimento íntimo do seu modo de funcionamento” (p.89).

Ou seja, a autora defende que a afetividade é uma garantia para a espécie humana, pois traz para a relação interpessoal a solidariedade de um ser para com o outro. Para tanto, é importante o incentivo ao respeito à diversidade de pensamentos, principalmente na educação, desde a educação infantil.

De acordo com Almeida (2007), a afetividade é “a capacidade, a disposição do ser humano de ser afetado pelo mundo externo e interno por meio de sensações ligadas a tonalidades agradáveis ou desagradáveis” (p.17). Percebemos assim que a afetividade não está relacionada apenas a momentos amenos, mas também a situações negativas, que igualmente vão contribuir para a formação da criança.

Ainda definindo afetividade, sob o olhar da pedagogia, dialogamos com as ideias de Chalita (2004) ao destacar que “(...) afetividade é ter afeto no preparo, afeto na vida e na criação. Afeto na compreensão dos problemas que afligem os pequenos” (p.33).

A afetividade não gira apenas em torno de abraçar ou beijar os alunos, mas em se preocupar com os seus sentimentos, com o que lhes aflige e com o que têm a dizer. Muitas vezes pensamos a afetividade apenas como o ato da demonstração física, porém demonstrar afeto transcende o aspecto externo e observável.

Nesta mesma perspectiva, Vygotsky (1989) argumenta que, “para compreender a fala de outrem não basta entender suas palavras, temos que compreender seu pensamento. Mas nem mesmo isso é suficiente, também é preciso que conheçamos a sua motivação” (p.130).

O professor, portanto, precisa estar atento à forma como irá se expressar, pois o aluno, a partir do que absorver, por meio do que o professor apresentou, irá relacionar aos seus conhecimentos prévios.

A aprendizagem não deve ficar apenas nas vias da exterioridade, mas sim integrar-se ao educando no seu processo de aquisição de novos conhecimentos. E tal não ocorre só em sala de aula, mas também é incorporado do meio social de sua vivência.

Com base nesses conceitos, fica claro que a afetividade se constitui como um sentimento imprescindível para a vida social e educacional do aluno, mostrando seu carinho e cuidado,

concedendo assim aos alunos a capacidade de demonstrarem os seus sentimentos e emoções a outro ser.

O papel da afetividade na sala de aula

Quem de nós nunca teve em toda a jornada de educando um professor preferido? Aquele professor que nos entusiasmava a querer aprender, que sentíamos prazer em comparecer às aulas, que contávamos as horas para compactuar com ele cada novo saber. Da mesma maneira, qual de nós nunca teve certo desafeto com determinado educador? Sentíamo-nos incomodados, o processo de aprendizagem se tornava uma tarefa árdua, cansativa e desestimulante.

Como esses dois exemplos conectam-se?

O primeiro exemplo de educador traz a afetividade para o processo educativo, enquanto que o segundo provavelmente se restringe ao papel de transmissor de conhecimento, não estabelecendo um vínculo afetivo com o educando.

Deste modo, Morales (2006) indica que

Há muitos traços associados ao bom professor, mas não é imprescindível ter todos eles. Além disso, há também muitos tipos de alunos e de situações. Todos nós podemos nos lembrar de bons professores muito diferentes entre si (p.30).

O ambiente escolar é repleto de diversos processos afetivos, hostis, enérgicos, inertes, dentre tantos outros. Entretanto, é válido procurar responder às seguintes questões: será que temos dado a devida importância ao que nos é exposto fora da sala de aula? A convivência, no intervalo das aulas, as relações de amizade ou de inimizade, os hábitos de tratamento, todos os sinais que os alunos dão são realmente considerados?

Tais questões remetem à consideração da necessidade de reconhecer este indissociável elo que se estabelece entre educação e vida. Tal afirmação se pauta no entendimento de Cunha (2012), indicar que a

Aprendizagem é efetivada pelas trocas sociais, onde a mediação torna-se relevante. Quanto mais profícua for essa ligação, maiores serão as condições de o estudante desenvolver-se. A ação do mediador não é a de facilitar porque mediar processos de aprendizagem é, sem sombras de dúvidas, provocar, trazer desafios, motivar quem vai aprender. Um dos principais escopos da mediação é criar vínculos entre o educando, o professor e o espaço escolar (p.82).

Neste sentido, destacamos que a cordialidade e o afeto favorecem a oportunidade de uma pessoa se colocar no lugar da outra. E isto ressalta um poder de transformação que surge a partir do

momento que nos disponibilizamos a compreender o outro. E o processo educativo deve ser envolto pela atmosfera da afetividade. Assim, a tomada de atitude para se tornar um ser empático é um papel social e uma exigência emocional que devem estar presentes no desenvolvimento do trabalho do educador.

A empatia demonstra, portanto, a capacidade de se colocar no lugar dos outros e compreender seus problemas, partilhar suas alegrias e ser sensível com as dificuldades. Evidencia confiança fazendo de nós pessoas receptivas, com quem as outras sentem que podem contar. Não se trata de resolver de tentar resolver o problema do outro, mas sim de demonstrar interesse e sensibilidade para com o próximo.

Nesta mesma perspectiva Rogers (1985) afirma que,

Quando o professor tem a capacidade de compreender internamente as reações do estudante, tem uma consciência sensível da maneira pela qual o processo de educação e aprendizagem se apresenta ao estudante, então, mais uma vez, aumentam as probabilidades de uma aprendizagem significativa (p.131).

Dessa forma, inferimos que na relação estabelecida entre educador e educando não está envolvido apenas o aspecto cognitivo, pois deve ser considerado um elo necessário que articula afeto e aprendizagem. Isto é, a intercessão pedagógica do professor para com o aluno é um fator determinante para que o processo educativo seja construído de maneira prazerosa e eficaz.

O papel do professor deve ir além de transmitir os conteúdos programáticos. Deve ele ser um suporte a mais para auxiliar o aluno no processo de conhecimento do mundo, das injustiças, do seu papel social. Deve contribuir com o aluno para que este possa atuar criticamente na sociedade, fazendo-o reconhecer no erro a possibilidade de se reconstruir autonomamente e olhar o mundo com a disposição de quem se lança à procura do acerto. Cabe, portanto, ao educador, exercer de forma ampla o seu papel de agente socioeducador.

Leis que regulamentam a Educação: Plano nacional de educação

O Plano Nacional da Educação, sancionado para entrar em vigência por um período de dez anos, compreendido entre 2014 e 2024, “determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional” (BRASIL, MEC, 2014).

Tal plano, aprovado pela Lei nº 13.005/2014, é organizado em quatro grupos, a saber:

O primeiro grupo são metas estruturantes para a garantia do direito a educação básica com qualidade, e que assim promovam a garantia do acesso, à universalização do ensino obrigatório, e à ampliação das oportunidades educacionais. Um segundo grupo de metas diz respeito especificamente à redução das desigualdades e à valorização da diversidade, caminhos imprescindíveis para a equidade. O terceiro bloco de metas trata da valorização dos profissionais da educação, considerada estratégica para que as metas anteriores sejam atingidas, e o quarto grupo de metas refere-se ao ensino superior (BRASIL, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014).

Formulado com a intenção de criar caminhos para a elaboração de planos estaduais e municipais de educação, este Plano Nacional de Educação apresenta 20 metas a serem alcançadas ao longo da década anteriormente assinalada, que são norteadas pela incorporação dos princípios “do respeito aos direitos humanos, à sustentabilidade socioambiental, à valorização da diversidade e da inclusão e à valorização dos profissionais que atuam na educação de milhares de pessoas todos os dias” (p.9).

De acordo com o estudo que realizado sobre a lei em pauta, foi possível observar que a primeira meta traz o seguinte objetivo:

Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE” (p.9).

Sabemos que a inserção da criança na escola desde a educação infantil é de enorme importância, tanto quanto a inserção no ensino fundamental ou médio. Dessa maneira, o Plano Nacional da Educação (PNE) traz à tona a meta de universalizar a educação infantil até o ano de 2016.

Entretanto, já passaram anos e podemos observar algumas realizações como a construção de creches em período integral, a maior oferta de vagas; mas algo, entretanto, ainda deixa a desejar: a formação profissional daqueles que estão em contato direto com a oferta de educação das crianças.

Muitos educadores que estão nas salas de aula de creches, contam, em sua maioria, apenas com o magistério na modalidade do ensino médio, porém, é visto que muito tem se incentivado para que esses educadores que estão em sala de aula, não saiam delas, mas sim que se aperfeiçoem na sua área de atuação, a partir de graduações, formações continuadas, dentre outras formas, pois, pouco valem os prédios construídos, a utilização de tecnologias assistivas, a ampliação da oferta de vagas, se aquele que está responsável para a promoção de uma qualidade efetiva de ensino não for devidamente capacitado.

Sobre a formação dos professores, o Plano Nacional da Educação (PNE), traz como estratégia para a efetivação da primeira meta:

Promover a formação inicial e continuada dos (as) profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior;
Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos (BRASIL/MEC, 2014, p.16 -17).

Diante do que foi apresentado, pode-se concluir que pouco tem se feito pela educação infantil e que o Plano Nacional deveria abordar mais a temática, pois, sabendo que serve como base para a elaboração tanto dos Planos Estaduais quanto Planos Municipais seria de extrema importância que abordasse com maior ênfase, para que assim os planos adjacentes pudessem se basear de forma mais conclusa.

Plano Estadual de Educação da Paraíba

O Plano Estadual de Educação da Paraíba é uma resposta ao desafio proposto no PNE, aos estados e municípios, para a elaboração de diagnósticos que orientem a proposição de metas e estratégias que contribuam para superar os problemas educacionais nos próximos dez anos.

Com vigência do ano de 2015 até o ano de 2025, o Plano Estadual de Educação da Paraíba (PARAÍBA, 2015),

Consiste num grande instrumento de superação dos entraves e das debilidades, e de projeções de novos desafios que a realidade apresenta na dinamicidade do movimento social. Para tanto, importa que todos juntos promovam a consolidação de políticas e ações em busca da oferta e qualificação da educação para todos/as que compõem os segmentos populacionais do nosso estado, independente de cor, etnia, cultura, credo e localização geográfica (p.4).

Ao abordar os dilemas pertinentes à educação infantil e à necessidade de ressignificar a concepção da criança inserida neste nível de educação, tal plano reconhece que

As creches cumpriam o papel de abrigar as crianças durante a jornada de trabalho das mães, carecendo de uma ação integrada que incorporasse os cuidados e os direitos essenciais para a formação de suas identidades. A LDB adota a concepção de criança como um ser social, com capacidades motoras, afetivas, cognitivas, vinculada a uma organização familiar que, por sua vez, se insere em uma determinada cultura. Essa mudança significa conceber a criança como um sujeito

de direitos e as instituições como espaços educativos acolhedores, locais de troca de experiências, de construção e apropriação de conceitos e valores, de formação de opiniões (PARAÍBA, 2015, p.17).

Inicialmente, o papel das creches girava em torno de ‘tomar conta’ das crianças enquanto seus responsáveis estivessem realizando suas jornadas de trabalhos. No entanto, emergiu como centralmente importante o questionamento sobre o real papel destes espaços, *pari passu* à reflexão sobre aspectos envolvidos no processo de desenvolvimento das crianças em seus primeiros anos de vida e a importância da educação.

Levou-se em conta que, ao passar o dia nesse ambiente, a criança necessita de um espaço que a incentive a desenvolver aspectos cognitivos, psicomotores, sociais, interesses, dentre outros. E, como consequência, o trabalho do educador deve ser entendido como o agente a quem compete estimular, afora a família, o desenvolvimento dessas áreas com as crianças, lhes favorecendo um ambiente acolhedor, de ensinamentos e troca de experiências.

No entanto, é preciso prover as condições para que tais relações aconteçam. Tal questão, no Plano Estadual de Educação da Paraíba (2015), propõe:

Assegurar, por meio dos entes legalmente competentes, o cumprimento das normas dos respectivos sistemas de ensino, que determinam a relação professor-aluno, as condições de funcionamento das creches e os requisitos para a oferta da educação infantil (p.22).

Esse trecho tem relevância a partir do ponto que observamos que as creches, enquanto, ambientes educativos, devem favorecer condições propícias ao desenvolvimento da relação educador-educando, pois, assim como apresentado no decorrer do presente trabalho, é impossível tornar o ambiente educacional um espaço agradável, que favoreça o aprendizado, sem que haja uma relação aprazível entre os envolvidos.

Todavia, apesar de o Plano Estadual de Educação da Paraíba ser um documento denso e contar com 204 páginas, foi possível encontrar apenas duas passagens que tratam diretamente sobre a importância da relação entre educador-educando, especialmente do educando circunscrito nas etapas que compõem a educação infantil, o que nos faz compreender sobre como tem sido conduzida a educação no estado da Paraíba, onde um documento de cunho importantíssimo para a promoção de uma educação de qualidade trata o vínculo entre professor e aluno de maneira superficial.

Levando em conta que esse plano segue sua vigência até o ano 2025, torcemos veementemente que os educadores, ainda que não encontrem nesse documento caminhos elucidativos para o estabelecimento da relação entre si e seu alunado, se sintam capazes de observar, por meio do próprio aprendizado pessoal, que é impossível promover um aprendizado efetivo sem que haja na sua atuação uma relação de companheirismo com os seus alunos.

CONCLUSÕES

A dimensão afetiva na educação está diretamente atrelada ao desenvolvimento psíquico, cognitivo e educacional dos alunos. Sendo assim, é primordial que o educador esteja preparado para o ato de ensinar, não apenas como um trabalho, mas também como um exercício de reconhecimento de si através dos alunos.

Quando há a empatia, a atitude de se colocar no lugar do outro, é visível a mudança que ocorre no decorrer do processo educacional. Os alunos se sentem acolhidos e dessa maneira sentem-se motivados tanto a ir à escola quanto a se empenhar para a aquisição dos conteúdos que lhe são transmitidos. O professor, em contrapartida, poderá se envolver com os seus alunos mostrando-lhes que o processo de ensino-aprendizagem pode ocorrer de maneira tranquila se houver entre ambos (professor e aluno) o prazer de permanecer ali.

Ao considerarmos a abordagem aos planos de educação, concluímos que o Plano Nacional de Educação trata em apenas uma de suas metas de algo relacionado à relação educador-educando e educação infantil e o Plano Estadual de Educação da Paraíba contempla tais aspectos em apenas duas passagens.

Como pode se pensar em uma educação igualitária, que respeite seus alunos, que opere de forma efetiva como instituição atuante no processo de mudança da sociedade, sem que se pense no estabelecimento de uma prática docente que vise à construção de valores, aprendizados, fatores emocionais, psíquicos, o aprendizado mútuo?

O processo de ensino e aprendizagem deve circular entre o currículo formal e informal, favorecendo o aprimoramento do desenvolvimento cognitivo. Fica claro então, que ainda há muito o que aprimorar no que diz respeito às leis educacionais, mas que o educador como ser que deve estar em constante aprendizado deve se manter aberto a favorecer aos seus educandos um modelo

de educação baseado no respeito, se pondo no lugar do outro e sempre o enxergando como ser humano e que também tem muito o que nos ensinar.

Precisamos acreditar que a educação é uma ferramenta para libertação e transformação da sociedade e para isso é necessário um pedagogo qualificado para formar as crianças para o amanhã, ou seja, ele precisa estar preparado para os desafios do mundo contemporâneo, sobretudo com as grandes mudanças do sujeito social, motivadas pelo surgimento das novas tecnologias e pelos efeitos da economia, que se constitui em um dos maiores desafios dos pedagogos que é o de se colocar na posição de um eterno aprendiz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. (org). **Afetividade e aprendizagem:** Contribuições de Henri Wallon. São Paulo: Loyola, 2007, p.17.

BRASIL. *Ministério da Educação / Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/SASE)*, 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/>. Acesso em 15 fev. 2017.

CHALITA, Gabriel. **Educação:** a solução está no afeto. 17. ed. São Paulo: Gente, 2004.

CUNHA, Antônio Eugênio. **Práticas Pedagógicas para a inclusão e diversidade** 2.ed. Rio de Janeiro: Walk, 2012.

DANTAS, Heloysa, TAILLE, Yves de La, KOHL e Marta. **Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão.** São Paulo: Summus, 1992.

MORALES, Pedro. **Relação professor-aluno: o que é, como se faz.** Edições Loyola, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.estantevirtual.com.br/b/pedro-morales/a-relacao-professor-aluno-o-que-e-como-se-faz/2070384226>. Acesso em: 11 julho. 2017.

PARAÍBA. **Plano Estadual da Educação- PEE/Ministério da Educação.** Brasília: INEP, 2015. Disponível em: <http://static.paraiba.pb.gov.br/2016/07/Lei-n%C2%BA-10.488-Plano-Estadual-de-Educa%C3%A7%C3%A3o-ANEXO-DO-PLANO-ESTADUAL-1-3-1.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2017.

ROGERS, Carl. **Tornar-se Pessoa.** 7ª ed. Lisboa: Moraes Editores, 1985.

SAYEGH, Flávia. **As Relações Entre Desenvolvimento e Aprendizagem Para Piaget e Vygotsky**. 2006.

Disponível em: <http://www.profala.com/artpsico60.htm>. Acesso em: 30 julho. 2017.

VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e Linguagem**. 2 ed. São Paulo, Martins Fontes, 1989.

_____, L. S. **A formação social da mente**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1996.

WALLON, Henri. **Psicologia e Educação da infância**. Lisboa: Editorial Estampa. 1979.